



PSICOSE INFANTIL: REFLEXÕES INICIAIS

Raquel Boregio Viana (PIC/UEM), Celma Regina Borghi Rodriguero (Orientadora), e-mail crbrodriguero@uem.br, Tânia dos Santos Alvarez da Silva (co-orientadora), e-mail: tsasilva@uol.com.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/ Maringá, PR.

Ciências Humanas – Educação

Palavras-chave: Psicose, Políticas Públicas, Inclusão

Resumo:

No decorrer da história indivíduos que apresentavam condutas consideradas anormais para o padrão social foram reconhecidos como profanadores dos valores sociais e denominados loucos. A loucura com o passar dos séculos denominou-se psicose, um grave distúrbio que implica na dificuldade de relacionamento com os outros e com o mundo. O presente projeto de pesquisa traz como tema uma reflexão sobre a psicose na infância abordando em um primeiro momento sua definição e características, bem como seus reflexos no desenvolvimento e aprendizagem infantil. Em um segundo momento aborda o percurso histórico percorrido pelas políticas públicas de inclusão e a identificação das orientações legais para a inclusão de crianças portadoras de psicose ou deficiência na rede regular de ensino. Espera-se que os resultados desse estudo possam auxiliar na reflexão sobre os limites e possibilidades de crianças que apresentam tal transtorno.

Introdução

Antes reconhecida como loucura, a psicose chama atenção por ser um transtorno psíquico em que o indivíduo alterna momentos em que ora atua em um mundo imaginário, vivenciando situações irreais, interagindo com objetos e seres igualmente irreais, e ora retorna à realidade, retomando sonhos, desejos e metas. Compreende-se que com as políticas públicas de inclusão para indivíduos que apresentam algum transtorno patológico mental, bem como algum transtorno ou deficiência, as crianças deixam de





ser prisioneiras de sua condição, frequentando o ensino regular inclusivo. A escola assume, na formação de alunos acometidos por tais transtornos, funções que superam o compromisso com o ensino e com a aprendizagem de conteúdos e passa a ser também um espaço para a socialização.

Nesse sentido, a presente pesquisa propõe uma reflexão sobre a psicose na infância, abordando em um primeiro momento, suas definições, características, possíveis causas e sintomas, para assim, em um segundo momento, identificar o percurso histórico explorado pelas políticas de inclusão, e as orientações legais que visam o atendimento especializado e a inclusão de alunos com psicose no ensino regular. Desse modo busca compreender como a inclusão pode proporcionar um maior contato com a realidade e socialização às crianças que apresentam o transtorno global do desenvolvimento, conhecido como psicose.

Materiais e métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de estudo teórico bibliográfico e documental. Dessa forma, em um primeiro momento, buscou-se caracterizar a psicose, com base na teoria psicanalítica. Em um momento posterior, o estudo voltou-se às possibilidades e limites da educação de indivíduos que apresentam psicose na infância e à identificação das políticas de atendimento preconizadas pelo Ministério da Educação em relação à educação inclusiva. Nesse sentido foram realizados estudos de textos e documentos legais que abordam o tema em estudo.

Resultados e Discussão

Desde a alta Idade Média indivíduos que possuíam padrões de socialização e vivência diferentes dos aceitos pela sociedade como normais eram reconhecidos como aberrações que violavam os valores da sociedade, a tais indivíduos denominava-se “loucos”.

Mendonça (2012) afirma que, a loucura só foi denominada psicose a partir de 1984 por Ernst von Feuchtersleben. A palavra *Psychose* foi então empregada para especificar as “manifestações psíquicas das enfermidades da alma” (MENDONÇA, 2012, p. 8-9). A psicose, desde o início do século XX, tem relação com todas as patologias associadas à perda da realidade e criação de uma pseudo-realidade.

Freud em seu escrito *Neurose e Psicose*, de 1924, afirma que as psicoses dizem respeito a uma deterioração das funções do Eu (Ego) em relação ao





mundo exterior. Para Freud (1924/2011) a origem da psicose, tanto quanto da neurose, se dá por meio da frustração, afirmando que o efeito patogênico da psicose depende totalmente do EU (Ego), já que é papel deste permanecer firme nas exigências do mundo exterior ou ceder aos desejos do ID, criando uma pseudo-realidade que se distancia cada vez mais do mundo exterior.

Em relação a patologia infantil, Melanie Klein (1946/1991) apresenta a teoria de que a psicose é sustentada na pulsão de morte, defendendo que todos nascemos com uma quantidade de pulsão de vida e de morte. Para Klein os indivíduos psicóticos possuem maior quantidade de pulsão de morte, o que dificulta a saída do bebê do mundo fantasioso, fazendo com que a criança seja incapaz de criar representações externas, tornando-a presa a posição esquizoparanóide.

A Psicose Infantil é reconhecida atualmente como um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Segundo o DSM- IV TR este corresponde a um comprometimento grave e global em diferentes áreas do desenvolvimento, levando a dificuldades nas interações sociais. Caracteriza-se por modelos de comunicação repetitivos, definindo assim os prejuízos qualitativos como um desvio acentuado no nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo. Nas últimas décadas do século XX é possível observar um caráter assistencialista em relação a portadores de distúrbios intelectuais. A escola é reconhecida como um local que permite o desenvolvimento de padrões de comportamento humanizados, sendo capaz de produzir e proporcionar experiências ricas e produtivas para o desenvolvimento social e intelectual de todos os indivíduos, dentre eles os sujeitos com transtornos globais do desenvolvimento. A educação especial no Brasil assumiu o formato de modalidade educacional somente a partir de 1990, apresentando assim, de forma tímida, uma educação em uma perspectiva inclusiva. A despeito do formato de modalidade educacional assumido pela educação especial, a inserção de conceitos para uma educação realmente inclusiva, até aquele momento, não era uma realidade e a consolidação de um espaço educacional mais democrático, em relação às políticas públicas, era um sonho ainda distante.

O termo habitualmente empregado nas políticas públicas para a educação especial era integração, isto é, adaptar os alunos à escola. A partir de 2002 o termo inclusão foi inserido nas políticas brasileiras de forma a abranger todos aqueles alunos com deficiência.

Durante este percurso outro conceito que foi se modificando, conforme as publicações das políticas públicas inclusivas, foi o de atendimento





educacional especializado “preferencialmente”, ou “prioritariamente”, no ensino regular. Dessa forma, as políticas retomam o ponto de partida, ao utilizar o conceito de preferencialmente diversas vezes.

Conclusões

Reconhecemos que existem lacunas e muitos obstáculos em relação às políticas públicas para o atendimento educacional especializado de alunos com psicose. Compreendemos que é por meio das políticas de inclusão escolar para os alunos com transtornos patológicos mentais, que podemos vislumbrar a superação de uma condição de isolamento e aprisionamento destes em sua condição. Essa superação das desvantagens enfrentadas pelos alunos alvo desse estudo pode ser alcançada com a frequência ao ensino regular comum, já que aos alunos com patologias mentais, a escola é essencial para o contato social e o conhecimento da realidade.

Agradecimentos

Ao Capes pela possibilidade de aquisição de novos conhecimentos.

Referências

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM. 4 ed.** – Texto Revisado. Tradução Claudia Doenelles. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

FREUD, S. Neurose e Psicose (1924). In: **O Eu e Id: autobiografia e outros textos (1923-1925)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo. 1ª ed. Companhia das Letras. 2011. (Obras Completas volume 16).

MENDONÇA, R. L. **O inconsciente a céu aberto e a transferência: o secretário do alienado como manejo clínico na psicose.** 2012. 95f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012.

KLEIN, M. **Notas sobre alguns mecanismos esquizóides.** In: KLEIN, Melanie. Inveja e gratidão, e outros trabalhos (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago; 1991. p. 20-43.

